



PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO 2500000128_MA_102MUL2025

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 - Fundamentação da necessidade

O Museu Nacional de História Nacional e da Ciência da Universidade de Lisboa possui atualmente, para gestão do seu património cultural, o sistema *in patrimonium* desenvolvido pela empresa Sistemas do Futuro - Multimédia, Gestão e Arte, Lda. Este sistema integra num único programa diferentes módulos, sendo que o MUHNAC-ULisboa já adquiriu anteriormente os módulos *in arte*, *in doc* e *in natura*. Para acesso público integrado a estas coleções, pretende-se desenvolver o “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal” que integre as coleções científicas do MUHNAC-ULisboa, bem como do Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto MHNC-UP, do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e do Herbário da Universidade de Coimbra.

Pretende-se ainda o desenvolvimento de um novo módulo, o *in hortum*, para gestão das coleções vivas dos seus Jardins Botânicos e integração do módulo *in web* nos sistemas do MUHNAC-ULisboa para o acesso público às suas coleções.

Enquadra-se no projeto financiado pelo programa PROMUSEUS da Direção Geral do Património Cultural - ÁREA 10, “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal” liderado pela Universidade de Lisboa, e que integra a Universidade do Porto e a Universidade de Coimbra, e tem como objetivo principal capacitar as principais instituições portuguesas detentoras de património cultural de natureza científica de uma plataforma comum para o acesso digital, de forma integrada e universal, às suas coleções, em benefício da investigação, educação e cultura.

Com o presente procedimento pretende-se:

- Promover o património museológico científico nacional;
- Implementar uma estratégia de transformação digital das coleções científicas de elevado valor patrimonial, cultural e científico;
- Qualificar os mais relevantes museus de história natural e ciência e jardins botânicos no país, estimulando a acessibilidade às suas coleções com recurso a soluções digitais.

Importa, adicionalmente, salientar que já foi anteriormente tramitado um procedimento com o mesmo objeto e do qual resultou a celebração do contrato n.º 24IN10000086, com a empresa Sistemas do Futuro - Multimédia, Gestão e Arte, Lda. Contudo, por circunstâncias que afetaram o contraente público e que não foram imputáveis ao cocontratante, não foi possível assegurar a execução integral das obrigações emergentes do contrato. Apenas foi entregue o módulo *in natura*, tendo sido pago o montante correspondente. O contrato n.º 24IN10000086 atingiu o termo da sua vigência em 30/09/2024 sem a execução integral dos serviços contratualizados, tendo sido elaborada a Informação n.º 013/MUL-DAGMI/25 para a formalização do seu encerramento.

Tendo em consideração que subsiste a necessidade de execução dos serviços não prestados e que existe financiamento disponível para suportar a sua execução até 24/04/2025, entendeu-se a tramitação do

presente procedimento pré-contratual, adequado à aquisição dos serviços remanescentes, garantindo o cumprimento do regime jurídico aplicável.

2 - Objeto do Contrato

Desenvolvimento do “Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal” – Módulos In Web e In Hortum, no âmbito do projeto Portal de Património Cultural de Ciência em Portugal (PROMUSEUS 2023 – Área 10).

3 - Tipo do contrato

Aquisição de Serviços.

4 - Classificação CPV em que se insere o objeto do contrato

A classificação CPV em que se insere o objeto do contrato é Serviços de desenvolvimento de software para multimédia, com a referência interna 72212520-0.

5 - Código NUTS

PT170.

6 - Local da execução do contrato

As atividades serão desenvolvidas remotamente.

7 - Prazo da execução do contrato

Desde a data de celebração do contrato até 24/04/2025.

8 - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Universidade de Lisboa, situada em Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-004 Lisboa, com os números de telefone 210113400 e de fax 210113402 e com o endereço eletrónico geral.aca@reitoria.ulisboa.pt

9 - Órgãos responsáveis pela decisão de contratar

A decisão de contratar é da responsabilidade do Administrador Ricardo Miguel Carreira Geraldes, no uso de competência delegada ao abrigo do Despacho n.º 11741/2022, de 6 de outubro (cf. ponto n.º 3.3.).

10 - Previamente à abertura do procedimento foi realizada uma consulta informal ao mercado

Não.

11 - Previsão de renovações

Não.

12 - Critério

O procedimento será realizado através do critério material, ao abrigo do disposto na subalínea ii) da alínea e), do número 1 do artigo 24.º do CCP.

13 - Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato

Nos termos da regra geral da escolha do procedimento de formação dos contratos públicos no âmbito dos critérios materiais, prevista no artigo 23.º, e atendendo a que as prestações que constituem o objeto do contrato só podem ser confiadas a uma única entidade por não existir concorrência por motivos técnicos, é adequado para a formação do contrato o procedimento por Ajuste Direto, em função do critério material, previsto na subalínea ii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º, e ainda de acordo com os artigos 112.º e seguintes todos do CCP.

14 - Aplica-se a contratos reservados(54-A)?

Não.

15 - O procedimento poderia ter sido realizado ao abrigo das medidas especiais de contratação pública?

Não.

16 - Preço Base

O preço base fixado será de 32.181,34 € (trinta e dois mil, cento e oitenta e um euros e trinta e quatro cêntimos).

17 - Documentos que deverão ser obrigatoriamente apresentados com a proposta

- Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo I;
- Declaração de honra de cumprimento do artigo 419.º-A do CCP;

– Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

a) Proposta com apresentação do preço global e dos preços identificados nas várias fases/etapas do projeto. Os preços constantes da proposta deverão ser arredondados a duas casas decimais, indicados em algarismos e por extenso e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos;

– Documentos exigidos que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule:

a) Documento descritivo dos serviços a prestar;

b) Declaração da compatibilidade com o *In Patrimonium*;

– Quando, não seja possível, através do Certificado Digital Qualificado determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no Certificado deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente;

– Todos os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, conforme disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua atual redação.

18 - Idioma dos documentos da proposta

Nos termos do número 1 do artigo 58.º do CCP, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

19 - Documentos de habilitação que deverão ser obrigatoriamente apresentados

– Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;

– Comprovativo da inscrição no RCBE;

– Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;

– Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP:

i. Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;

- ii. Certificado do Registo Criminal da empresa;
- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 55.º: Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;
- Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º: Certidão comprovativa da regularização da situação tributária;
- Indicação do(s) representante(s) do adjudicatário para efeitos de outorga do contrato, com indicação dos números de Cartão de Cidadão e Identificação Fiscal.

20 - Prazo de entrega dos documentos de habilitação

O prazo para a entrega dos documentos de habilitação é de 5 dias úteis após a data de adjudicação até às 23 horas e 59 minutos.

21 - Prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados

O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados é de 2 dias úteis.

22 - Prazo para entrega da proposta

O prazo limite para a apresentação das propostas é de 6 (seis) dias a contar a partir da data do envio do convite, até às 23 horas e 59 minutos.

23 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter a respetiva proposta

66 dias a contar do termo do prazo para apresentação das propostas.

24 - Modo de apresentação da proposta

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados através da plataforma eletrónica acinGov (www.acingov.pt).

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

25 - Pedidos de esclarecimentos

Todas as questões e/ou pedidos de esclarecimento deverão ser colocados ao órgão competente, neste caso o Serviço Responsável.

26 - Prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução.